



Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código Penal

Data - -

## AVISO

### ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO IMEDIATO E URGENTE DO ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL DENOMINADO "O CANTINHO DOS AVÓS"

O Instituto da Segurança Social confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social denominado "O Cantinho dos Avós", com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos);
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Rui Fernando Faria Luís;
- está instalado em Estrada Nacional 8, n.º 1, Casais Larana, Ramalhal - Torres Vedras.

*Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007*

#### Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP confirmou o encerramento, através da Deliberação n.º 115/2020, de 2020-08-20, que ratificou o despacho de 2020-07-15 do/a Diretor da Unidade de Fiscalização LVT, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007*

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal*

#### Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias na entrada principal de acesso ao estabelecimento.

*N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007*

#### Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*Artigos 347.º e 357.º do Código Penal*

Rui Folhais  
Presidente